

REPSOL SINOPEC BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 02.270.689/0001-08
NIRE: 33.3.0016653-0



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais–R\$)			
	Nota explicativa	2025	2024
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes a caixa	3	511.534	1.245.417
Contas a receber de clientes	4	289.956	417.735
Estoque	5	156.735	156.735
Impostos a recuperar	6.a	226.727	121.425
Transações cash call e billings	10	217.708	56.843
Outros ativos circulantes		147.285	213.211
Total dos ativos circulantes		1.716.226	2.211.366
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar	6.a	7.608	7.608
Outros ativos não circulantes		9.260	8.134
Imobilizado	7	29.068.489	29.692.657
Intangível		-	72.043
Total dos ativos não circulantes		29.085.357	29.780.442
Total do ativo		30.801.583	31.991.808

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Adiantamento de vendas e exportações	8	56.555	19.291
Contas a pagar	9	406.437	366.994
Arrendamentos	15	827.296	931.550
Impostos a recolher	6.b	398.198	626.362
Transações cash call e billings	10	303.234	375.844
Outros passivos circulantes		696	642
Total do passivo circulante		1.992.416	2.320.683
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Adiantamento de vendas e exportações	8	4.437.385	1.847.798
Arrendamentos	15	4.735.722	5.771.388
Imposto de renda e contribuição social diferido	6.c	3.929.166	5.289.967
Provisões para riscos	13	85.584	88.558
Provisão para abandono e desmantelamento	14	1.508.795	1.520.296
Outros passivos não circulantes		2.375	1.302
Total do passivo não circulante		14.699.027	14.519.309
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12.i	3.828.218	3.268.218
Outros resultados abrangentes	12.ii	9.266.795	10.938.834
Dividendos adicionais propostos		-	214.416
Reserva de retenção de lucros		225.227	-
Reserva legal		789.900	730.348
Total do patrimônio líquido		14.110.140	15.151.816
Total do passivo e patrimônio líquido		30.801.583	31.991.808
As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais–R\$, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita líquida	16	5.406.360	7.041.885
Custo das vendas	17	(2.776.567)	(3.174.371)
LUCRO BRUTO		2.629.793	3.867.514
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativa e com vendas	17	(509.238)	(651.440)
Despesas com atividades de exploração de petróleo	17	(913.901)	(139.763)
Outras receitas operacionais líquidas	18	312.912	8.336
		(1.110.227)	(782.867)
		1.519.566	3.084.647

LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO			
Resultado financeiro líquido	19	(735.143)	(25.556)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		784.423	3.059.091
Imposto de renda e contribuição social	6.c	406.614	(2.068.022)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.191.037	991.069
Lucro básico e diluído por ação—em reais R\$	22	892,99	743,06
As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais–R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	12	3.268.218	680.795	-	346.968	7.674.780	-	11.970.761
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	991.069	991.069
Constituição reserva legal		-	49.553	-	-	-	(49.553)	-
Dividendos		-	-	-	(346.968)	-	(802.000)	(1.148.968)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(225.000)	(225.000)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	214.416	-	(214.416)	-
Ajuste de conversão do lucro líquido do exercício e do dividendo adicional proposto		-	-	-	-	(299.900)	299.900	-
Ajustes de conversão sobre saldos em moeda funcional	12.ii	-	-	-	-	3.563.954	-	3.563.954
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	12	3.268.218	730.348	-	214.416	10.938.834	-	15.151.816
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.191.037	1.191.037
Constituição reserva legal		-	59.552	-	-	-	(59.552)	-
Aumento de Capital		560.000	-	-	-	-	(560.000)	-
Dividendos		-	-	-	(214.416)	-	-	(214.416)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(345.000)	(345.000)
Constituição de reservas de lucros		-	-	225.227	-	-	(225.227)	-
Ajuste de conversão dividendo adicional proposto		-	-	-	-	1.258	(1.258)	-
Ajustes de conversão sobre saldos em moeda funcional	12.ii	-	-	-	-	(1.673.297)	-	(1.673.297)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	12	3.828.218	789.900	225.227	-	9.266.795	-	14.110.140

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais–R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS: Informações sobre as operações da Companhia: A Repsol Sinopec Brasil S.A. (“Companhia” e ou “Repsol Sinopec”) foi constituída em 14 de novembro de 1997 com a denominação inicial de YPF Brasil S.A. (em 2010 teve a razão social alterada para Repsol Sinopec Brasil S.A.) e é uma companhia de capital fechado no Brasil possuindo dois acionistas controladores: Repsol Lux E&P S.à.r.l. e Tiptop Luxembourg S.A.R.L. (empresa do grupo “Sinopec”). Está localizada na Praia de Botafogo 300, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro- RJ. Tem como objeto social: (a) pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, conhecidas como atividades de Exploração e Produção (“E&P”), (b) importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades nos itens mencionados anteriormente, (c) armazenamento, distribuição, revenda e comercialização de petróleo, seus derivados e gás natural, (d) prestação de serviços que envolvam toda e qualquer atividade relacionada ao setor de petróleo e seus derivados, (e) prestação de serviços de apoio de escritório e infraestrutura administrativa a terceiros, tais como, mas não limitados a suporte jurídico, compras e contratações, recursos humanos, tesouraria, contabilidade e congêneres, (f) formação de consórcios com outras empresas para fins de participação em atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, seus derivados e gás natural, exercidas mediante contrato de concessão, e (g) participação em outras Companhias, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 18 de março de 2026. **Status atual das atividades exploratórias e de produção:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta em seu portfólio 4 blocos localizados em bacias offshore da Plataforma Continental Brasileira, conforme abaixo.

Bacia	Bloco	Operador	Parceiros	Status Atual
Santos–Mar	BM-C-33	Equinor Energy (35%)	Repsol Sinopec Brasil S.A. (35%) Petróleo Brasileiro S.A. (30%)	Desenvolvimento
Campos–Mar	Albacora Leste	Petro Rio S.A. (90%)	Repsol Sinopec Brasil S.A. (10%)	Produção
Santos–Mar	BM-S-9A (Lapa)	TotalEnergies EP Brasil (45%)	Repsol Sinopec Brasil S.A. (25%) Shell Brasil (30%)	Produção
Santos–Mar	BM-S-9 (Sapinhoá)	Petróleo Brasileiro S.A. (45%)	Repsol Sinopec Brasil S.A. (25%) Shell Brasil (30%)	Produção

Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2025, a companhia apresenta um capital circulante líquido negativo de R\$ 276.190, basicamente em função do aumento nos investimentos para o desenvolvimento do projeto Raia (BM-C-33), o que resultou no aumento da demanda por recursos financeiros. Conforme demonstrado na nota 8, a Companhia já contratou linha de crédito com a finalidade de financiar e viabilizar a atual fase de desenvolvimento desse projeto. **2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS:** As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia estão definidas a seguir. Estas políticas têm sido aplicadas de forma consistente em todos os exercícios. 2.1 Declaração de conformidade: Essas demonstrações financeiras atendem às normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards–IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS[®]”), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC[®] *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC[®] *Interpretations*), e às práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis–CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade–CFC. 2.2 Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais (moeda de apresentação), convertendo-se a “moeda funcional” (dólar norte-americano) para reais, da seguinte forma: • Pela taxa de câmbio de fechamento de cada balanço patrimonial apresentado para os ativos e passivos. • Pelas taxas de câmbio médias para as contas de receita e despesa de cada demonstração de resultado. • Pela taxa de câmbio histórica de formação para as contas do patrimônio líquido, incluindo as movimentações patrimoniais ocorridas. • Pela taxa de fechamento para os dividendos adicionais propostos, alocando a diferença de conversão para a taxa média do resultado, na conta de “Ajustes de avaliação patrimonial”. • As variações cambiais resultantes da conversão supracitada de ativos, passivos, resultado e patrimônio líquido são reconhecidas como outros resultados abrangentes, em conta específica do patrimônio líquido, denominada “Ajustes de avaliação patrimonial”. O resumo das informações materiais da política contábil adotadas pela Companhia está definido abaixo e nas demais notas explicativas que acompanham essas demonstrações financeiras. 2.3 Moeda funcional (IAS 21 / CPC 02–(R2)): A Administração, após análise das suas operações, cujo foco principal é o segmento de exploração e produção de petróleo e gás, e aplicando os conceitos do Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) / IAS 21 em relação aos fatores para determinação da moeda funcional da Companhia, definiu o dólar norte-americano (US\$) como sua moeda funcional. Na opinião da Administração, essa moeda funcional é a que melhor reflete o ambiente econômico no qual a Companhia está inserida e a

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais–R\$)

	Nota explicativa	2025	2024
Lucro líquido do exercício		1.191.037	991.069
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração de resultado:			
Ajustes de conversão sobre saldos em moeda funcional (CPC 02)	12.ii	(1.672.039)	3.264.054
Outros resultados abrangentes		(1.672.039)	3.264.054
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		428.998	4.255.123
As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais–R\$)			
	Nota explicativa	2025	2024

FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício:		1.191.037	991.069
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado (aplicado) proveniente das atividades operacionais:			
Despesa com imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado	6.d	(406.614)	2.068.022
Depreciações e amortizações	7	1.535.716	1.476.545
Atualização financeira arrendamentos	15	398.470	407.637
Provisão/Baixa (reversão) de ativos		165.672	63.050
Juros sobre empréstimos com terceiros	8	204.523	19.289
Impairment de Ativos	7	561.422	-
Provisão para futuro abandono de poços e desmantelamento	14	390.064	69.182
Constituição (reversão) de provisões para riscos	13	(2.722)	24.192
Variação cambial com transações em moeda estrangeira		304.596	(859.157)
Aumento (redução) nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		80.605	296.264
Impostos a recuperar		(26.747)	(148.436)
Estoque	5	(183.747)	106.415
Transações de cash call e prestação de contas a receber		(167.196)	200.872
Outros ativos		42.891	60.907
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Contas a pagar		81.105	(336.966)
Impostos a recolher		(592.086)	624.636
Transações de cash call e prestação de contas a pagar		(30.736)	(162.808)
Abandono de campo	14	54.340	(33.667)
Outras obrigações e contas a pagar		1.342	166
Caixa proveniente das operações		3.601.935	4.867.212
Imposto de renda e contribuição social pagos		(296.351)	(1.033.407)
Pagamentos de provisões de riscos	13	(252)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		3.305.332	3.833.805
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado		(4.556.274)	(4.595.414)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(4.556.274)	(4.595.414)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de Empréstimo	8	2.838.111	1.847.800
Pagamento de juros de empréstimos	8	(164.507)	-
Pagamento de arrendamento	15	(847.542)	(810.640)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(507.666)	(993.250)
IRRF sobre juros sobre o capital próprio pagos		(56.471)	(36.869)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		1.261.925	7.041
Aumento (Redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		10.984	(754.568)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	1.245.417	1.919.089
Efeito das mudanças de câmbio sobre saldos de caixa mantidos em moedas estrangeiras		(744.867)	80.896
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	511.534	1.245.417
As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Pronunciamento	Alterações	Aplicação para exercícios iniciais em ou após
Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de Emissão e Créditos de Descarbonização (CBIO) – Resolução CVM nº 223 / OPC 10 (*)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão e créditos de descarbonização (CBIO).	Jan 2025
Falta de Conversibilidade / Ausência de conversibilidade – Alterações à IAS 21 / CPC 02 (*)	Falta de conversibilidade.	Jan 2025
2.4.2 Novas normas e interpretações não vigentes		
Pronunciamento	Alterações	Aplicação para exercícios iniciais em ou após
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de Instrumentos Financeiros (*)	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com empréstimos.	Jan 2026
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (*)	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliação das características contratuais dos fluxos de caixa dos ativos financeiros.	Jan 2026
Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações à IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 (*)	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos referenciados à energia cuja geração depende de fatores naturais.	Jan 2026
IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – relacionadas à estrutura da demonstração do resultado, e exige que as entidades apresentem novos subtópicos. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre medidas de desempenho definidas pela Administração.	Jan 2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação (*)	A IFRS 19 estabelece um conjunto reduzido de exigências de divulgação para subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que apliquem as IFRS completas com divulgações simplificadas nas notas explicativas.	Jan 2027

(*) A Companhia avaliou os efeitos resultantes das alterações nessas normas e não identificou impactos relevantes sobre as suas demonstrações financeiras. A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração do Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa decorrentes da aplicação do IFRS 18 (CPC 51). A Companhia está avaliando os potenciais efeitos dessa norma em suas demonstrações financeiras. 2.5 Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas: Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes. As principais estimativas e julgamentos críticos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras estão relacionados com a provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas (nota explicativa 13), a determinação do prazo de vida útil e das reservas para determinação da depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível (nota explicativa 8), as premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas (nota

explicativa 14), a provisão para redução ao valor realizável de poços em avaliação (nota explicativa 8) e a definição da taxa incremental do passivo de arrendamento (nota explicativa 15). As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva. **3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:** *Prática contábil:* Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou demais fins. A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa (i) dinheiro em caixa, (ii) depósitos bancários e (iii) aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e que a data para resgate não exceda 90 dias da data da aplicação. Caixa e equivalentes de caixa apresentam a seguinte posição:

	2025	2024
Caixa e bancos	506.958	1.235.385
Aplicações financeiras		
Bank Deposit Certificate (CDB) e compromissadas	4.576	10.032
Total	511.534	1.245.417

As aplicações financeiras no país são representadas por Certificado de Depósito Bancário (CDB) no banco Santander, com rentabilidade média indexada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) de 98,5% em 2025 e 98,4% em 2024 e vencimento em 90 dias ou menos, sem risco de perda significativa de valor em caso de resgate antecipado. **4 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES:** *Prática contábil:* A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, que geralmente representa os montantes faturados, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzidas de eventuais perdas esperadas pelo risco de crédito associado aos clientes quando aplicável. Como consequência da própria natureza da extração de óleo cru da otimização da logística das diferentes instalações destinadas ao seu transporte, a produção de óleo cru atribuída a cada sócio dos campos de Albacora Leste, Sapinhoá e Lapa em função da sua participação no consórcio pode diferir do que foi recebido por eles nas datas de encerramento. A cada mês de encerramento, quando há algum volume emprestado, a Repsol Sinopec contabilmente reflete uma posição de “Underlift” ou de “Overlift” em função de uma menor ou maior quantidade de óleo cru recebido, respectivamente, em relação à sua participação no campo de Sapinhoá e Albacora Leste. De acordo com o Contrato de Mútuo de Hidrocarbonetos Líquidos firmado pelos membros dos consórcios, as posições de “underlift” ou “overlift” são caracterizadas como empréstimos de óleo cru e são valorizados através do preço de referência estabelecido pela ANP vigente na época do empréstimo. A obrigação é liquidada quando os volumes emprestados são restituídos na mesma quantidade e sem a incidência de variação monetária em relação ao preço de referência estabelecido pela ANP, e neste momento o consorciado que restituiu uma posição “overlifting” reconhece em resultado a diferença entre o seu custo de produção e o valor da posição devolvida valorizada pelo preço de referência da ANP. Em uma situação de “underlift”, as diferenças entre o custo de produção unitário e o preço de referência da ANP são reconhecidas como passivo circulante ou de ativo circulante, conforme o caso, até que a obrigação seja liquidada em até 60 dias de acordo com o contrato firmado entre as partes. a) O saldo de contas a receber está demonstrado abaixo:

	2025	2024
Terceiros:		
Vendas de gás (i)	4.809	15.911
Cabiúnas (ii)	50.952	48.950
Unificação Albacora Leste (iii)	5.563	5.563
AIP Albacora Leste (vi)	6.680	6.676
Outros	5.267	-
Subtotal terceiros	73.271	77.100
Partes relacionadas:		
Venda de óleo (iv)	157.765	207.473
Outros	341	275
Subtotal partes relacionadas	158.106	207.748
Empréstimos de óleo cru (v)	58.579	132.887
Total	289.956	417.735

(i) As vendas de gás dos campos produtores de Albacora Leste e de Sapinhoá são destinadas a Petrobras através de contratos de longo prazo, a partir de 2007 e até 2031, no caso de Albacora Leste, e a partir de 2014 até 2038, no caso de Sapinhoá Sul, para fornecimento de um volume mínimo anual de gás à Petrobras por um preço em reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual. O aumento no valor total ocorreu devido ao restabelecimento da produção, considerando a parada pontual para manutenção de equipamentos específicos que ocorreu nos dois últimos meses de 2023. (ii) O saldo de contas a receber de Cabiúnas se refere a receitas provenientes da cessão de uso da capacidade do gasoduto, que iniciou suas atividades em 2016. O aumento se deve a operação da chamada “Rota 3”, o que ocasionou em maior volume de gás circulando no SIE (Sistema Integrado de Escoamento) e aumento de tarifa. (iii) Como parte da revisão do Plano de Desenvolvimento de Campo, as parceiras que participam das concessões Albacora e Albacora Leste precisaram chegar a um acordo sobre a unificação dos reservatórios de Oligomioceno e Caratinga, em que foram feitas avaliações dos parâmetros de equalização de gastos e receitas (AEGV) que resultaram no saldo a receber pelo total de R\$203.805. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a receber no montante de R\$ 5.563 corresponde ao valor remanescente referente a Caratinga, cuja liquidação está prevista para 2026. (iv) Valores a receber referente a venda do óleo de campo de Sapinhoá, conforme divulgado na nota explicativa 10. A redução acompanhou a redução do volume produzido. (v) O saldo de empréstimos de óleo cru em 31 de dezembro de 2025 se refere a uma posição de underlift, uma vez que as quantidades de óleo cru do campo de Sapinhoá recebidas pela Companhia foram inferiores àquelas que lhe corresponderia em função de sua participação na produção na área. (vi) A ANP aprovou o cronograma do AIP (Acordo de Individualização da Produção) para Arapuá em 31 de dezembro de 2022. A decisão foi tomada em decorrência do reconhecimento da Petrobras de que o poço, perfurado pelo Consórcio Albacora Leste à época, era na verdade uma extensão do campo de Roncador, na qual a Companhia não faz parte. Parte significativa do saldo foi quitado no período. b) Provisão para perdas de crédito esperadas: Em função das vendas estarem concentradas para a Repsol Trading S.A., Tip Top Energy, Petrogal Brasil e Petrobras

REPSOL SINOPEC BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 02.270.689/0001-08
NIRE: 33.3.0016653-0



passivo ou ativo fiscal diferido reconhecido. O tributo diferido resultante é debitado ou creditado no resultado. Segue movimentação dos impostos diferidos:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.880.996)	
Diferenças temporárias	22.603	
Provisão por baixa de ativos exploratórios	(829)	
Variação Cambial–Regime de Caixa	(195.979)	
Ajuste de itens não monetários (moeda funcional–CPC 02)	(1.321.909)	
IFRS 16	95.279	
Depreciação Acelerada	49.699	
Utilização de créditos exploratórios	(26.128)	
Outros efeitos pulverizados	(31.707)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(5.289.967)	
Diferenças temporárias	42.639	
Provisão por baixa de ativos exploratórios	49.393	
Variação Cambial–Regime de Caixa	231.070	
Ajuste de itens não monetários (moeda funcional–CPC 02)	828.154	
IFRS 16	(12.286)	
Depreciação Acelerada	121.213	
Utilização de créditos exploratórios	20	
Outros efeitos pulverizados	100.598	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(3.929.166)	

As linhas demonstradas na movimentação acima, referente ao movimento dos impostos diferidos, está pelo seu valor líquido de variação do câmbio ocorrida no período de 2025 e 2024. d) Reconciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	2025	2024
Resultado do exercício antes do IR e da CS	787.548	3.059.091
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(267.766)	(1.040.091)

Adições (exclusões) permanentes:		
Despesas não dedutíveis	(1.576)	(30.693)
Benefício de Incentivo à Inovação Tecnológica (Lei do Bem)	10.276	14.166
Juros sobre capital próprio	117.300	76.500
Incentivos fiscais da Lei do Esporte, Rouanet e PAT	9.475	14.973
Ajuste de itens não monetários (moeda funcional–CPC 02)	536.118	(1.102.877)
Outros efeitos	2.787	-

Despesa de imposto de renda e contribuição social das operações continuadas	406.614	(2.068.022)
---	---------	-------------

IRPJ e CSLL correntes registrados ao resultado do exercício	(665.385)	(1.043.479)
IRPJ e CSLL Diferidos registrados ao resultado do exercício	1.071.999	(1.024.543)

e) Prejuízos fiscais e Base Negativa de Contribuição Social: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (mesma posição em 2024). **7 IMOBILIZADO: Prática contábil:** Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e, se houver, também da perda por redução ao valor recuperável acumulada. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais, se houver, e no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação dos ativos não relacionados às atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados periodicamente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do

imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado. Os gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são registrados de acordo com o método dos esforços bem-sucedidos. Esse método determina que os custos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis e avaliação qualitativa da Administração, sejam capitalizados. Gastos com geologia e geofísica e os custos com poços exploratórios secos e os vinculados às reservas não comerciais são registrados como despesas do exercício quando incorridos. Os gastos exploratórios e de desenvolvimento capitalizados são depreciados, a partir do início da produção do campo, utilizando-se o método das unidades produzidas em relação às reservas provadas e prováveis desenvolvidas, exceto para as instalações comuns a poços e os equipamentos e instalações relacionadas à produção de petróleo e gás, que são depreciados pelas reservas provadas e prováveis totais. Os custos de aquisição de novos investimentos em áreas com reservas provadas e não provadas são capitalizados em associação às reservas provadas e não provadas, segundo a sua classificação. Os investimentos associados às reservas provadas são amortizados utilizando-se o método das unidades produzidas em relação às reservas provadas e prováveis totais. Os investimentos associados às reservas não provadas são avaliados anualmente ou quando houver algum fato ou circunstância que indique a possibilidade de “impairment”. Para os ativos em desenvolvimento e produção, a Companhia avalia a necessidade de impairment dos mesmos através do método dos fluxos de caixa esperados pela vida útil estimada de cada ativo e compara os valores presentes calculados com seus respectivos valores contábeis. Premissas como reservas, taxas de câmbio, taxas de desconto e preços do barril são considerados no modelo de teste de impairment.

a) Segue a composição e movimentação dos ativos imobilizados:

	Taxas anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	2025	2024
Segmento de upstream:					
Exploração:					
Perfurações em andamento	(b)	6.238.649	-	6.238.649	7.265.283
Desenvolvimento e produção:					
Gastos com desenvolvimento	(*)	24.420.736	(17.634.787)	6.785.949	9.139.761
Provisão para abandono e desmantelamento	(*)	1.369.630	(867.449)	502.181	517.867
Direito de uso	(c)	8.448.775	(3.769.471)	4.679.304	5.608.134
Imobilizações em andamento	(a)	10.841.170	-	10.841.170	7.134.718
Subtotal		51.318.960	(22.271.707)	29.047.253	29.665.763
Segmento corporativo:					
Móveis, utensílios e instalações	10%	48.243	(36.824)	11.419	15.004
Máquinas e equipamentos	10%	92.575	(82.758)	9.817	11.890
Subtotal		140.818	(119.582)	21.236	26.894
Total				29.068.489	29.692.657

(*) Depreciação/ Amortização pelo método de unidades produzidas. (a) Gastos com poços exploratórios e em desenvolvimento. (b) Perfurações em andamento não sofrem depreciação pois aguardam os resultados das atividades exploratórias. (c) Depreciação pelo tempo do contrato

	2024	Adições	Baixas	Reclassificações	Impairment	Ajuste de conversão	2025
Custo							
Terenos e edificações	-	-	-	-	-	-	-
Móveis, utensílios e instalações	54.298	-	(8)	-	-	(6.047)	48.243
Máquinas e equipamentos	86.668	728	-	(9.704)	-	(9.521)	68.171
Equipamento de Informática	14.867	1.673	(13)	9.704	-	(1.827)	24.404
Imobilizado em andamento (i)	7.134.718	4.604.319	-	(1.585.922)	-	688.055	10.841.170
Perfurações em andamento (ii)	7.265.283	16.607	(168.170)	1.482.704	-	(2.357.775)	6.238.649
Gastos com desenvolvimento (iii)	27.729.860	235.197	(14)	103.218	(561.422)	(3.086.103)	24.420.736
Provisão para abandono e desmantelamento	1.450.686	81.798	-	-	-	(162.854)	1.369.630
Direito de uso	9.452.732	49.947	-	-	-	(1.053.904)	8.448.775
Total custo	53.189.112	4.990.269	(168.205)	-	(561.422)	(5.989.976)	51.459.778
Depreciação							
Móveis, utensílios e instalações	(39.294)	(1.952)	-	-	-	4.413	(36.824)
Máquinas e equipamentos	(89.645)	(3.131)	-	-	-	10.018	(82.758)
Gastos com desenvolvimento	(18.590.099)	(975.054)	-	(157.833)	-	2.088.199	(17.634.787)
Provisão para abandono e desmantelamento	(932.819)	(39.146)	-	-	-	104.516	(867.449)
Direito de uso	(3.844.558)	(516.433)	-	157.833	-	433.727	(3.769.471)
Total depreciação	(23.496.455)	(1.535.716)	-	-	-	2.640.873	(22.391.289)
Total líquido imobilizado	29.692.657						29.068.489

(i) Adições e reversões, líquidas de transferências, referentes a imobilizados em andamento que foram concluídos durante os exercícios de 2025 e 2024, estão relacionadas aos gastos com os poços que estão em fase de exploração, desenvolvimento e produção. (ii) Gastos com perfuração em andamento, os quais não amortizam pois permanecem capitalizados aguardando a conclusão do processo exploratório. As adições e baixas estão relacionados aos gastos nos poços durante o processo exploratório e o aumento em 2024 referem-se ao projeto do bloco B-M-33. (iii) Gastos em desenvolvimento, principalmente referentes às áreas BM-S-9, considerando reclassificações do saldo de perfurações em andamento (drilling em áreas exploratórias) devido ao desenvolvimento do campo de Lapa. b) Segmento de upstream: A Companhia detém 10% do campo produtor Albacora Leste que iniciou sua produção em abril de 2006, detém 25% do campo produtor Sapinhoá cujas áreas Sul e Norte iniciaram suas produções em janeiro de 2013 e em novembro de 2014, respectivamente, e detém 25% do campo de Lapa que iniciou sua produção em dezembro de 2016, cuja Declaração de Comercialidade e Plano de Desenvolvimento foram apresentados em dezembro de 2011 e em junho de 2012, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2025, o montante registrado referente à provisão para abandono desses campos é R\$ 1.508.795 (R\$ 1.520.296 em 2024) conforme nota explicativa 14. c) Perdas por redução ao valor recuperável: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o teste de recuperabilidade do campo de Lapa, definido como uma das unidades geradoras de caixa (“UGC”) da Companhia, em conformidade com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, equivalente ao IAS 36 – Impairment of Assets, considerando projeções financeiras aprovadas pela administração e calculadas com base no método do valor em uso, a partir de fluxos de caixa descontados (“NPV”). As projeções contemplam um horizonte de cinco anos, prazo de concessão do bloco em questão, sendo os períodos subsequentes extrapolados com base em uma taxa de crescimento de longo prazo não superior ao crescimento estimado do setor no qual a Companhia atua. Justificativa da metodologia utilizada: Conforme previsto no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, equivalente ao IAS 36 – Impairment of Assets, o valor recuperável deve ser definido como o maior valor entre (i) o valor justo líquido de despesas de venda e (ii) o valor em uso. Entretanto, para a UGC Lapa, não foi adotada a metodologia de valor justo líquido de despesas de venda, pois não existem evidências de transações observáveis ou parâmetros de mercado suficientemente confiáveis que permitam determinar o preço de venda entre partes conhecedoras e dispostas, conforme exige a norma. Nesses casos, o CPC 01/IAS 36 estabelece que a estimativa do valor recuperável seja realizada com base no valor em uso, método que representa de forma adequada os fluxos de caixa específicos da entidade. A análise de impairment foi realizada utilizando o método de fluxos de caixa futuros descontados e aplicando uma taxa de desconto WACC – Custo Médio Ponderado de Capital – de 8,4 % ao ano. • Os preços do Brent por barril, com base nas projeções futuras de oferta e demanda de petróleo por meio da experiência prévia nesse setor da indústria e também utilizando outras fontes externas de informação pela Companhia, e; • Os desembolsos com investimentos em atividades de exploração e produção e os custos operacionais dos campos, bem como a produção futura esperada de hidrocarbonetos de acordo com o plano de negócios da Companhia. Os preços do Brent por barril estimados pela Companhia para os próximos cinco anos são os seguintes:

Ano	2026	2027	2028	2029	2030
Brent (dólar/bbl)	63,7	67,3	71,6	73,9	76,1

Resultado do teste: O valor recuperável da UGC Lapa (R\$ 5.551.674) ficou inferior ao seu valor contábil (R\$ 6.104.659), resultando no reconhecimento de uma perda por redução a valor recuperável de ativos de R\$ 561.422, registrada no resultado do exercício. Análise de Sensibilidade: As alterações nos preços futuros estimados ou nas taxas de desconto utilizadas afetariam o valor do impairment dos ativos da Companhia. As principais sensibilidades a essas alterações, sem levar em consideração o reequilíbrio de outras variáveis relacionadas ou possíveis ajustes nos planos operacionais — que permitiriam mitigar o impacto negativo dessas mudanças — estão indicadas na tabela abaixo:

Sensibilidade	Aumento/ Redução	Resultado operacional
	20%	561.422
Mudança nos preços de hidrocarbonetos	10%	561.422
	-10%	(630.078)
	-20%	(1.280.890)
Sensibilidade do WACC	+100p.b.	(212.962)
	-100p.b.	247.914

8 ADIANTAMENTO DE VENDAS E EXPORTAÇÕES: Prática contábil: Os adiantamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, no momento em que os recursos são recebidos, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis. Em seguida, são mensurados pelo custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos, juros incorridos pro-rata temporis, e variações monetárias e cambiais conforme acordado contratualmente, incorridos até os períodos do relatório. A capitalização dos custos financeiros dos recursos relacionados à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, é realizada até que estes estejam prontos para o uso ou venda, quando aplicável. Após esse período, os juros e encargos são reconhecidos como despesa. A capitalização é realizada utilizando a taxa de juros efetiva. Caso o adiantamento não seja vinculado a ativos qualificados, os custos são reconhecidos diretamente como despesa.

	2025	2024	Juros (*)	Pagamento de Juros
Denominados em US\$ 4.493.940 1.867.089 SOFR 6m + 2,2% a.a	4.493.940	1.867.089		Semestral

Corrente	56.555	19.291
Não Corrente	4.437.385	1.847.798

Movimentação de adiantamentos:

são efetuadas em prazos que variam de 30 a 60 dias). **11 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS:** Prática contábil empréstimos partes relacionadas: Os empréstimos e financiamentos com partes relacionadas são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento ou transferência dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos pro rata temporis.

	Contas a receber	Contas a pagar	Venda de óleo	Receitas (despesas) operacionais e financeiras
	2025	2024	2025	2024

Repsol Trading S.A. (a)	-	-	24.590	31.383
Repsol Exploração S.A. (b)	-	-	5.403	10.849
Repsol Services Company (b)	-	-	2.817	1.399
Repsol Trading Singapore LLC	-	-	-	-
Repsol Trading USA LLC (a)	-	3.994	-	-
Repsol S.A. (c)	11	19	8.457	10.781
Apuled Energy Trading	-	-	-	-
Repsol Exploração Brasil Ltda. (d)	-	-	-	-
Tip Top Energy	157.765	203.460	-	-
Outros	330	275	496	948
Total	158.106	207.748	41.763	55.360

	2025	2024	2025	2024
Repsol Trading S.A. (a)	-	-	24.590	31.383
Repsol Exploração S.A. (b)	-	-	5.403	10.849
Repsol Services Company (b)	-	-	2.817	1.399
Repsol Trading Singapore LLC	-	-	-	-
Repsol Trading USA LLC (a)	-	3.994	-	-
Repsol S.A. (c)	11	19	8.457	10.781
Apuled Energy Trading	-	-	-	-
Repsol Exploração Brasil Ltda. (d)	-	-	-	-
Tip Top Energy	157.765	203.460	-	-
Outros	330	275	496	948
Total	158.106	207.748	41.763	55.360

	2025	2024	2025	2024
Repsol Trading S.A. (a)	-	-	24.590	31.383
Repsol Exploração S.A. (b)	-	-	5.403	10.849
Repsol Services Company (b)	-	-	2.817	1.399
Repsol Trading Singapore LLC	-	-	-	-
Repsol Trading USA LLC (a)	-	3.994	-	-
Repsol S.A. (c)	11	19	8.457	10.781
Apuled Energy Trading	-	-	-	-
Repsol Exploração Brasil Ltda. (d)	-	-	-	-
Tip Top Energy	157.765	203.460	-	-
Outros	330	275	496	948
Total	158.106	207.748	41.763	55.360

	2025	2024	2025	2024
Repsol Trading S.A. (a)	-	-	24.590	31.383
Repsol Exploração S.A. (b)	-	-	5.403	10.849
Repsol Services Company (b)	-	-	2.817	1.399
Repsol Trading Singapore LLC	-	-	-	-
Repsol Trading USA LLC (a)	-	3.994	-	-
Repsol S.A. (c)	11	19	8.457	10.781
Apuled Energy Trading	-	-	-	-
Repsol Exploração Brasil Ltda. (d)	-	-	-	-
Tip Top Energy	157.765	203.460	-	-
Outros	330	275	496	948
Total	158.106	207.748	41.763	55.360

	2025	2024	2025	2024
Repsol Trading S.A. (a)	-	-	24.590	31.383
Repsol Exploração S.A. (b)	-	-	5.403	10.849
Repsol Services Company (b)	-	-	2.817	1.399
Repsol Trading Singapore LLC	-	-	-	-
Repsol Trading USA LLC (a)	-	3.994	-	-
Repsol S.A. (c)	11	19	8.457	10.781
Apuled Energy Trading	-	-	-	-
Repsol Exploração Brasil Ltda. (d)	-	-	-	-
Tip Top Energy	157.765	203.460	-	-
Outros	330	275	496	948
Total	158.106	207.748	41.763	55.360

(a) O saldo a receber com a Tip Top Energy, Apuled Energy Trading e Repsol Trading USA LLC refere-se à venda do petróleo produzido pelos campos de Albacora Leste e Sapinhoá, com vencimento em 30 dias e denominado em dólares norte-americanos. O saldo a pagar refere-se a despesas devido ao atraso na descarga do óleo vendido. (b) Os saldos a pagar para Repsol Services Company e Repsol Exploração referem-se à prestação de serviços técnicos especializados e materiais aplicados nas atividades de E&P, denominados em dólares norte-americanos. O saldo de recebíveis refere-se à recuperação de despesas dos funcionários da Companhia que prestam serviços a essas partes relacionadas. O prazo

de pagamento é de 30 dias. (c) Os saldos de fornecedores compreendem principalmente serviços de informática e serviços de apoio a recursos humanos, prestados pela Repsol S.A. O prazo de pagamento é de 30 dias. (d) A receita com a Repsol Exploração Brasil Ltda. Está relacionado aos serviços corporativos compartilhados entre as entidades. O prazo de pagamento é de 30 dias. i. Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a Pagar: Em 31 de dezembro de 2024 e 2025 não havia saldo a pagar referente a dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar. ii. Remuneração do pessoal-chave: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a remuneração total incluindo a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada) e os encargos sociais (contribuições para a seguridade social–INSS, FGTS, dentre outros) dos conselheiros, diretores e principais executivos da Companhia foi de R\$14.844 e R\$13.106, respectivamente. A Companhia implantou um programa de fidelização dirigido às pessoas com responsabilidade de gestão, que consiste na determinação de incentivo a médio/longo prazos, como parte do seu sistema de remuneração. Dito incentivo está condicionado ao atingimento de metas por parte do empregado, alinhadas aos objetivos estratégicos da Companhia, e revisadas periodicamente. Esse sistema não implica para os seus beneficiários em entrega de ações, nem de opções, tampouco está referenciado ao valor da ação da Repsol S.A. ou da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia tem registradas provisões remuneratórias nos montantes de R\$ 2.566 e R\$ 1.356, respectivamente, para cumprir todos os planos anteriormente descritos. A Companhia, bem como a sua acionista Repsol S.A., não concede benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros de longo prazo para a Administração e seus empregados. **12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** i) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o capital social integralizado totalizava R\$3.268.218, dividido em 1.333.767.967 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes Repsol Lux E&P Sà. rl. (60%) e Tiptop Luxembourg S.A.R.L. (40%). Em 29 de dezembro de 2025 a Assembleia Geral aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 560.000, totalizando em 31 de dezembro de 2025 R\$ 3.828.218. ii) Outros resultados abrangentes: Refletem os efeitos dos ajustes acumulados de conversão da moeda funcional, o dólar norte-americano (US\$), para a moeda de apresentação real (R\$) (nota explicativa 2.2). O valor de outros resultados abrangentes em 2025 foi R\$ 1.672.039 decorrente de diferença conversão sobre saldo em moeda funcional (R\$3.264.051 em 2024). iii) Dividendos e juros sobre capital próprio: Do resultado líquido do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver. Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente nesta ordem, da seguinte forma: (i) 5% serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social, e; (ii) o saldo remanescente do lucro líquido, desde que o mesmo seja baseado num lucro líquido positivo e em fluxo de caixa positivo, considerando a estrutura de capital de longo prazo da Companhia, investimentos e projeções de plano de negócios da Companhia, deverá ser alocado para os acionistas como dividendos, considerando que não há mínimo determinado em estatuto. No entanto, observa-se a obrigatoriedade legal de distribuição mínima de 25% conforme legislação vigente. iv) Reserva Legal: A companhia constituiu a reserva legal em conformidade com a legislação vigente, aplicando 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do seu capital social. Essa reserva tem como objetivo garantir a solvência da empresa e atender aos requisitos legais, sendo destinada para a cobertura de prejuízos ou aumento do capital social, conforme as necessidades da companhia. O saldo da reserva legal é mantido em conta específica e sua utilização está sujeita às disposições estabelecidas pela legislação e pelo estatuto social. Segue distribuição do lucro proposto pela Administração da Companhia, que será submetido à aprovação em assembleia dos acionistas:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.191.037	991.069
Destinação para reserva legal (5%)	(59.552)	(49.553)
Base para deliberação de dividendos	1.131.485	941.516
Dividendos intercalares deliberados	-	(802.000)
Juros sobre capital próprio deliberados	(345.000)	(225.000)
Dividendos adicionais propostos	-	(214.416)
Aumento de Capital	(560.000)	-
Constituição de reservas de lucros	(225.227)	-
Diferença de conversão taxa histórica	(1.258)	299.900

Até 31 de dezembro de 2025 houve pagamento de dividendos no montante de R\$ 214.416 e juros sobre capital próprio de R\$ 345.000. **13 PROVISÕES PARA RISCOS: Prática contábil:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for provável e o valor puder ser mensurado de forma confiável. As provisões para processos judiciais são constituídas para os riscos com a expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e seus consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com a expectativa de “perda possível” são divulgados pela Administração, mas não registrados. Segue composição do saldo de provisões para riscos:

||
||
||

REPSOL SINOPEC BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 02.270.689/0001-08
NIRE: 33.3.0016653-0



A variação das provisões para abandono durante o ano de 2025 ocorreram devido, principalmente, às mudanças nas premissas supracitadas em relação a 2024. **15 ARRENDAMENTOS: Prática contábil:** Na data de início, a Companhia mensura o passivo de arrendamento mercantil pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não foram pagos naquela data. Os pagamentos são descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser prontamente determinada. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a empresa usará a taxa de empréstimo incremental do arrendatário. *Após a data de início do contrato, a Companhia irá mensurar o passivo de arrendamento: • Aumentando o valor contábil para refletir juros sobre o passivo de arrendamento; • Reduzindo o valor contábil para refletir os pagamentos de arrendamento feitos; e • Remensurando o valor contábil para refletir quaisquer modificações de reavaliação ou arrendamento, ou para refletir os pagamentos de locação fixos substanciais revisados.* A Companhia reconhecerá o valor da remensuração do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Os arrendamentos mercantis da Companhia compreendem, principalmente, as unidades de produção de petróleo e gás natural (FPSOs) e as embarcações (DP Vessels) utilizadas no transbordo da produção. Em determinados contratos de arrendamento mercantil há pagamentos, durante o prazo do arrendamento, que variam devido a alterações em fatos ou circunstâncias ocorridas após a data de início, além da passagem do tempo. No exercício de 2025, a Companhia reconheceu gastos com arrendamento mercantil no montante de R\$ 119.879 (R\$ 196.490 em 2024) (nota explicativa 17) referentes a contratos que não estão no escopo da nova norma de arrendamentos ou a arrendamentos com prazo inferior a um ano, e decorrente de pagamentos variáveis, conforme informado acima. Segue a composição e movimentação dos arrendamentos mercantis.

	2025		2024			
Arrendamento FPSO		5.555.876		6.692.892		
Arrendamento corporativo		7.142		10.046		
Total		<u>5.563.018</u>		<u>6.702.938</u>		
Circulante		827.296		931.550		
Não circulante		4.735.722		5.771.388		
	2023	Revisão	Encargos incorridos	Paga-mentos	Ajuste de conversão	2024
Arrendamento FPSO	5.239.487	392.892	405.293	(805.768)	1.460.988	6.692.892
Outros arrendamentos	19.770	(10.741)	2.344	(4.872)	3.545	10.046
	<u>5.259.257</u>	<u>382.151</u>	<u>407.637</u>	<u>(810.640)</u>	<u>1.464.532</u>	<u>6.702.938</u>
	2024	Revisão	Encargos incorridos	Paga-mentos	Ajuste de conversão	2025
Arrendamento FPSO	6.692.892	49.948	397.325	(844.587)	(739.702)	5.555.876
Outros arrendamentos	10.046	-	1.145	(2.955)	(1.094)	7.142
	<u>6.702.938</u>	<u>49.948</u>	<u>398.470</u>	<u>(847.542)</u>	<u>(740.796)</u>	<u>5.563.018</u>

O fluxo nominal (não descontado) dos contratos de arrendamento, por vencimento, é apresentado a seguir:

	Corporativo	Plataformas
2026	2.911	832.453
2027	2.911	832.453
2028 em diante	2.911	5.795.205

16 RECEITA LÍQUIDA: Prática contábil: A companhia determina quando (ou a que medi- da) e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto pelas cinco etapas a seguir: *1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determina- ção do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; e 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfeita.* Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando (ou à medida que) o cliente obtém e aceita o controle sobre o bem ou serviço prometido. A seguir apresentamos a reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida para operações continuadas registradas na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	2025	2024
Receita de vendas	5.426.316	7.111.327
Impostos sobre vendas	(19.956)	(69.442)
Receita líquida	5.406.360	7.041.885

A redução observada na receita deve-se, principalmente, a problemas operacionais registrados em dois poços produtores durante o período, os quais impactaram negati- vamente o volume total de produção. **17 GASTOS POR NATUREZA: Prática contábil:** *As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados, seguindo o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, encargos e va- riações monetárias e cambiais a índices contratuais e taxas oficiais incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização.* A seguir a composição dos gastos por natureza:

	2025	2024
Aluguéis	9.150	11.587
Aluguéis de plataformas (a)	110.729	184.903
Depreciação e amortização	1.558.159	1.478.080
Gastos operacionais	42.301	33.714
Geologia e geofísica	174.671	134.800
Insumos	10.679	9.385
Logística	303.341	326.477
Manutenção	(2.298)	64.718
Pesquisa e desenvolvimento	50.101	65.442
Pessoal	101.497	109.807
Provisão para perda (b)	698.306	(6.504)
Publicidade e propaganda	12.502	19.426
Royalties e participação especial (c)	951.386	1.309.863
Seguros	108.709	104.961
Serviços profissionais	223.236	218.879
Tributos e taxas	(118.522)	(22.530)
Utilidades e serviços	21.891	16.950
Variações de estoques	(82.431)	(56.369)
Viagens	3.150	3.369
Overlift	-	(62.830)
Outros gastos	23.149	21.446
	4.199.706	3.965.574
	2.776.567	3.174.371

Custo das vendas
Despesas gerais e administrativa e com vendas
Despesas com atividades de exploração de petróleo
(a) O aumento com aluguéis de plataformas foi motivado pelas atualizações tarifárias previstas em seus respectivos contratos. (b) A principal causa da variação refere-se ao impairment reconhecido em 2025 relativo ao campo de Lapa (Nota 7). (c) A redução nos preços do Brent ao longo de 2025, aliada à menor produção em relação a 2024, resultou em menores despesas com royalties e participações especiais. **18 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS: Prática contábil:** *Nota explicativa 16 e 17.* A seguir composição do saldo de outras receitas e despesas operacionais:

	2025	2024
Recuperação de gastos e overhead (a)	68.855	64.837
Gasoduto Cabiúnas (b)	292.679	148.320
Split Contratual (c)	-	(160.773)
Multas e penalidades	(1.090)	(1.778)
Outros	(47.532)	(42.270)
Total	312.912	8.336

(a) Reflete créditos do operador relacionados a estornos de despesas e ajustes de overhead. (b) Refere a cessão de uso da capacidade do gasoduto, que iniciou suas atividades em 2016. (c) Valor refere-se a adesão ao Edital de Transação PGFN-RFB 6/2024 (contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica), que abrange os débitos cujas cobranças sejam objeto de contencioso administrativo ou judicial relacionado às discussões sobre "Incidência do IRRF, da CIDE, do PIS e da COFINS sobre remessas ao exterior, decorrentes da bipartição do negócio jurídico pactuado em um contrato de afretamento de embarcações ou plataformas e outro de prestação de serviços, nos termos da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997". O valor total da transação para o exercício 2024, considerado o desconto de 65% concedido no edital, é de R\$ 524.184, sendo que R\$ 160.773 está classificado como Resultado Operacional, por se tratar dos impostos que estão sendo recolhidos e R\$ 363.411 está classificado no Resultado Financeiro (Nota Explicativa 19) por se tratar da atualização dos encargos até a data do efetivo pagamento. A adesão permitirá o encerramento de discussões administrativas e judiciais relativas a IRRF, CIDE, PIS e COFINS, referentes ao período de 2008 a 2013. O contencioso objeto da transação refere-se a processos de consórcios operados e não-operados pela Repsol Sinopec. A adesão ao programa traz benefícios econômicos para a companhia, uma vez que a manutenção das discussões implicaria em esforço financeiro para oferecimento e manutenção de garantias judiciais, além de outras custas e despesas processuais. **19 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO: Prática contábil:** *Notas explicativas 16 e 17.* Segue composição do resultado financeiro:

	2025	2024
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações	82.762	74.889
Outras	1.633	890
Total de receitas financeiras	84.395	75.779
Despesas financeiras:		
Variação cambial passiva, líquida	(350.586)	744.973
Atualização arrendamentos	(397.398)	(413.529)
Atualização provisão para abandono	(69.824)	(69.367)
Split Contratual (a)	(1.730)	(363.412)
Outras	-	-
Total de despesas financeiras	(819.538)	(101.335)
Resultado financeiro, líquido	(735.143)	(25.556)
(a) O valor refere-se à participação no Aviso de Transação PGFN-RFB 6/2024 (Nota Expli- cativa 18). O valor total da transação para o ano de 2024, considerando o desconto de 65% concedido no aviso, totaliza R\$ 524.184. Dessa valor, R\$ 160.773 está classificado como Resultado Operacional, pois se refere a impostos que estão sendo cobrados, e R\$ 363.412 está classificado sob Resultado Financeiro, devido à atualização de encargos		

DIRETORIA: Alejandro José Ponce Bueno; Judith Vila Pont; Xitao Shang; Gilberta Maria Lucchesi; Jian Huang. CONTADOR: Gustavo Ferreira Beck de Andrade CRC-RJ-117635/O-9–CPF: 101.301.747-18

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Repsol Sinopec Brasil S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Repsol Sinopec Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demon- strações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de seguran-

até a data efetiva de pagamento. **20 OUTROS COMPROMISSOS:** Em conexão com as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, a Companhia possui compromissos firmados com fornecedores e prestadores de serviço. Em 31 de dezembro de 2025, os desembolsos futuros contratados referem-se, principalmente, a contratos firmados com prestadores de serviços de construção (FPSO e equipamentos submarinos) e fornecedores de equipamentos e sistemas para o projeto BM-C-33, atualmente em fase de desenvolvimento, com conclusão estimada para o 3º trimestre de 2028. Além dos compromissos relacionados à fase de desenvolvimento do BM-C-33, os valores também incluem contratos de arrendamento de FPSOs para os campos de Sapinhoá e Lapa, conforme divulgado na nota explicativa 15, entre outras obrigações nos ativos operacionais da Companhia.

	2026	2027	2028	Over 2029	Total
Total	3.372.313	3.367.609	2.662.735	6.438.362	15.841.019

21 INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Prática contábil: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros quando eles são contratados, conforme resumido a seguir. *Ativos financeiros:* A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio para gestão e das características do fluxo de caixa contratual. Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: *(i) Custo amortizado:* O ativo financei- ro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: **• O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.** As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resul- tado. *Reconhecimento de perda de crédito esperada:* Os ativos financeiros, exceto aque- les designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável, pelo método de perda de crédito esperada, no final de cada período de relatório. A Companhia possui duas abordagens, conforme abaixo, para avaliação de possíveis perdas de crédito esperadas. A abordagem aplicável a cada ativo financeiro depende da natureza do instrumento financeiro que será aplicado o modelo. *(i) Abordagem geral:* Em cada data de relatório e para ativos financeiros que o modelo simplificado (expediente prático) não seja mais aplicável, a Companhia realizará a ava- liação das perdas para créditos esperadas atendendo os seguintes critérios: **• Se o risco de crédito associado ao instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, será mensurada a provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses. • Se o risco de crédito associado ao instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. • Se, numa data posterior ao reconhecimento inicial da perda esperada pela vida esperada do instrumento financeiro, as circunstâncias que levaram a reconhecer a provisão desaparecerem, com uma redução significativa nos riscos de crédito, a Companhia efetuará a avaliação para perdas esperada para os próximos 12 meses. (ii) Expediente prático (contas a receber sobre vendas): Em cada data de relatório é mensurada a perda de crédito esperada para os saldos de contas a receber sobre vendas por meio de provisão de perda de créditos esperadas ao longo da vida do ativo.** *Passivos financeiros:* Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao custo amortizado" ou "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado". *(i) Baixas de passivos financeiros:* A Companhia registra a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. a) Considerações gerais: Os instrumentos financeiros da Companhia estão compostos subs- tancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, empréstimos, transações de cash call e billings e transações com partes relacionadas. A Companhia não possui opções, swap options, swaps com opção de ar- rendimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos". A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa. b) Classificação e categoria dos instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados como custo amortizado com base no modelo de ges- tão e nas características dos fluxos de caixa esperados. Embora a Companhia mensure seus ativos e passivos financeiros ao custo amortizado, seus valores justos estimados se enquadram no Nível 2 da hierarquia de valor justo, de acordo com o definido no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente CPC 48) para estes instrumentos financeiros: (i) Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários: as mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis para ativo e passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, os valores justos se aproximam dos saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025. (ii) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis para ativo e passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). (iii) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber, a pagar e fornecedores também não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 30 dias. Contas a receber (terceiros e partes relacionadas) e contas a pagar (terceiros e partes relacionadas): os valores relacionados aos saldos de contas a receber, a pagar e fornecedores não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 30/35 dias. (iv) Os valores contábeis dos adiantamentos de recursos financeiros à Companhia cor- respondem ao recebimento de suas exportações em futuro próximo com lastro nas vendas e sujeitas às taxas de juros que variam em torno de 2% a.a. estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Tipo	Risco segurado	Limite	Validade
Exploração & Produção (E&P)	Cobertura para consequências econômicas decorrentes de Responsabilidade Civil por danos pessoais ou materiais resultantes de situações vinculadas à atividade da Companhia (incluindo atividades de Exploração e Produção de Petróleo).	USD 250.000.000	31/05/2026
Operações Terrestres	Cobertura de Responsabilidade Civil em Operações Terrestres.	USD 50.000.000	31/05/2026
Aeronáutico	Cobertura para Responsabilidade Pessoal ou Danos Materiais decorrentes de operações seguras e instala- ções aeronáuticas.	USD 250.000.000	01/06/2026
Carga Marítima – Exportação Internacional:	Cobertura de mercadorias relacionadas à atividade do segurado, incluindo produtos químicos, petróleo, máquinas e equipamentos.	USD 150.000.000	31/05/2026
Carga Marítima – Importação Internacional:	Cobertura para bens inerentes à atividade do segurado, consistindo principalmente em produtos químicos e/ ou petróleo, bem como máquinas, equipamentos, peças e componentes destinados ao ativo imobilizado do segurado, embalados de acordo com sua natureza	USD 150.000.000	31/05/2026
Carga Marítima – Nacional	Cobertura para bens inerentes à atividade do segurado, consistindo principalmente em produtos químicos e/ ou petróleo, bem como máquinas, equipamentos, peças e componentes destinados ao ativo imobilizado do segurado, embalados de acordo com sua natureza.	BRL 856.215.000	31/05/2026
Descomissionamento	ALBACORA – Garantia de indenização monetária, até o valor estipulado na Apólice, pelo inadimplemento do Tomador em relação à sua obrigação de executar integralmente, dentro do prazo contratual, as operações de descomissionamento das instalações.	BRL 56.088.313	30/12/2027
Descomissionamento	LAPA – Garantia de indenização monetária, até o valor estipulado na Apólice, pelo inadimplemento do Tomador em relação à sua obrigação de executar integralmente, dentro do prazo contratual, as operações de descomissionamento das instalações.	BRL 94.426.486	30/12/2027
Descomissionamento	SAPINHOÁ – Garantia de indenização monetária, até o valor estipulado na Apólice, pelo inadimplemento do Tomador em relação à sua obrigação de executar integralmente, dentro do prazo contratual, as operações de descomissionamento das instalações.	BRL 511.735.985	30/12/2027
D&O	Despesas, encargos e custos decorrentes de Reclamações por Atos Danosos, incluindo: (i) condenações monetárias oriundas de decisões judiciais definitivas e irreversíveis, ou sentenças arbitrais proferidas contra o Segurado; (ii) acordos judiciais, arbitrais, por mediação ou por outro meio extrajudicial, negociados com a se- guradora e com seu consentimento prévio e por escrito; e (iii) custos de defesa relacionados às reclamações.	USD 22.000.000	30/06/2026
Garantia Judicial	Garantir a Ação Cautelar Inominada nº 0019756-40.2011.4.02.5101 (2011.51.01.019756-0) proposta contra a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, relacionada ao débito decorrente do Processo Administrativo nº 48610.001682/2011.	BRL 54.969.621	26/12/2030
Garantia Judicial	Garantir a Execução Fiscal nº 013.8151-64.2012.8.21.0001 referente ao ICMS do Estado do Rio Grande do Sul (RS).	BRL 17.041.400	16/10/2030
Garantia Judicial	Ação Anulatória nº 33400950-61.2013.8.13.0024, decorrente dos créditos tributários exigidos nos Autos de Infração nº 01 00173699 90 e nº 01 0010173703 94, relativos ao não pagamento de ICMS nos anos de 2007 e 2008, visando suspender os débitos tributários cobrados, bem como permitir a anulação dos créditos men- cionados perante a Fazenda do Estado de Minas Gerais/BH.	BRL 81.030.825	21/08/2030
Garantia Judicial	Ação pelo procedimento comum, com antecipação de garantia, nº 5005981-18.2021.4.02.5101, ajuizada pelo Tomador contra o Segurado, que tramita perante a 24ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, como garantia do crédito tributário decorrente do Processo Administrativo nº 16682.721414/2013-15 (MPF 0718500-2013-00152-8) e da CDA nº 70.2.21.000154-32, no qual figuram como partes a Repsol Sinopec Brasil S/A e a União Federal, representada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.	BRL 2.289.405	04/02/2026
Garantia Judicial	Garantir ao Segurado o pagamento dos valores que o Tomador necessite efetuar nos autos da Ação Anula- tória a ser proposta pelo Tomador contra o Segurado, perante uma das Varas Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal, em razão da cobrança de créditos tributários relativos à CIDE, decorrentes do Processo Administrativo nº 16682.721415/2013-51, visando à emissão da Certidão de Regularidade Fiscal.	BRL 14.197.694	26/07/2027
Garantia Judicial	Prestação de garantia nos autos da Ação de Execução Fiscal nº 5035520-18.2023.8.24.0023, ajuizada pelo Segurado contra o Tomador, em trâmite perante a 2ª Vara de Execuções Fiscais Estaduais de Santa Catarina – TJSC, em razão da cobrança de créditos tributários de ICMS-ST (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – Substituição Tributária), consubstanciados nas Certidões de Dívida Ativa nº 14009043470, 14009043551 e 14009043632, cujos méritos estão sendo discutidos na Ação Anulatória nº 329037-96.2014.8.24.0023.	BRL 6.975.532	17/04/2030
Garantia Judicial	Processo trabalhista nº 085800.72.2012.5.17.0132	BRL 3.053.601	12/03/2026
Empresarial Comprensivo	Cobertura para escritórios, matérias-primas, estoques, equipamentos e produtos acabados.	BRL 15.000.000	06/06/2026
Empresarial Comprensivo	Cobertura para Residência de Expatriados	BRL 3.000.000	30/08/2026

24 INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA: Prática contábil: A Companhia adota como método de divulgação da movimentação das disponibilidades do caixa (caixa e equivalentes de caixa) a demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto, respeitando a normativa contábil internacional definida pelo IAS 7 (correspondente pronunciamento CPC 03–R2) e fazendo a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações, tendo como um dos propósitos conseguir demonstrar as ori- gens ou aplicações de caixa oriundas dos itens relacionados ao ciclo operacional da

Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros mantidos a custo amortizado, e não possuem diferenças significativas ao seu valor justo. c) Adian- tamento de Vendas e Exportações: Os adiantamentos sobre exportações da Companhia são denominados em USD, indexados a SOFR acrescida de spread. Os empréstimos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, líquidos dos custos de transação (upfront fees). A Companhia não possui covenants financeiros nem mantêm linhas de crédito compromissadas não utilizadas na data-base. O valor contábil se aproxima do valor justo; os valores justos divulgados se enquadram no Nível 2 da hierarquia de valor justo (curvas observáveis de SOFR e spreads de crédito). A re- conciliação das movimentações dos passivos de financiamento exigida pelo IAS 7 é apre- sentada na Nota 8. **Principais fatores de risco para a Companhia:** No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como variações cambiais, riscos de crédito, risco de juros e riscos de preços de derivados de petróleo, que podem afetar negativamente ou positivamente o valor de seus ativos e passivos financeiros, bem como seus fluxos de caixa futuros e demonstração de resultado. Du- rante todo o exercício de 2025 e 2024 não ocorreram contratações de instrumentos fi- nanceiros derivativos. a) Risco de taxa de câmbio: A moeda funcional foi definida pela Administração da Companhia como o dólar norte-americano (US\$). Existem instrumen- tos financeiros (aplicações financeiras indexadas em reais – CDI e contas a pagar) que podem gerar impactos nos fluxos de caixa futuros e nos resultados da Companhia, em caso de variação significativa na taxa de câmbio do dólar norte-americano em relação ao real. Os montantes em questão para 31 de dezembro de 2025 e 2024 são imateriais. b) Risco de crédito: Decorre de eventual dificuldade de realização dos valores referentes à comercialização de petróleo e gás, bem como aplicações financeiras em instituições financeiras. No segmento de exploração e produção de petróleo seus principais cliente são Petrobras S.A. (que representa cerca de 0,02% das vendas líquidas em 2025 e 0,02% em 2024), e as partes relacionadas Repsol Trading S.A. e TipTop Energy Limited (Apule Energy Trading para 2023)–Nota explicativa 11. A Administração entende que a Petrobras representa um risco de crédito insignificante tendo em visto que historicamente não possui inadimplência ou atrasos. Com relação às aplicações financeiras, a Administração procura adotar medidas conservadoras para exposições a crédito operando com insti- tuições financeiras julgadas pela Companhia como de "primeira linha". Com relação às partes relacionadas, por não haver historicamente inadimplência ou atrasos e o risco de crédito possuir boa classificação no mercado, a Administração concluiu que não há risco de crédito relevante para os saldos com partes relacionadas. c) Risco de preços de de- rivados de petróleo: A Companhia apresenta exposição a riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços do petróleo no cenário econômico global. A Companhia não tem instrumentos de cobertura desse risco, porém pode praticar transações que envol- vem derivativos ou compromissos firmados para cobertura de risco relacionado ao pre- ço do petróleo e seus derivados. Durante 2025, o preço do petróleo Brent não apresen- tou mudanças significativas, apesar das variações no cenário internacional relacionadas à retomada da atividade econômica e à guerra. Portanto, a Companhia não identificou a necessidade de contratação de instrumentos de proteção tendo em vista que a margem operacional se manteve. d) Risco de liquidez: A Companhia gerencia o risco de liquidez, garantindo que há fundos suficientes disponíveis para satisfazer obrigações financeiras em uma base dia a dia e para atender às necessidades inesperadas da liquidez no curso normal dos negócios. Ênfase em garantir que haja fundos suficientes para atender os requisitos constantes das atividades da Companhia. Os passivos financeiros da compa- nhia estão substancialmente concentrados no curto prazo – com exceção dos arrenda- mentos conforme divulgado na Nota Explicativa 15 e dos adiantamentos de vendas de exportação conforme divulgado na Nota Explicativa 8. e) Risco da taxa de juros: A Com- panhia possui aplicações financeiras atreladas ao CDI e possui passivos financeiros re- presentados por adiantamento de vendas de exportação captados no mercado e atre- lados a taxa livres de risco SOFR em US\$. Dessa forma, a Companhia está exposta ao risco de variação das taxas de juros de mercado, o que pode impactar o resultado finan- ceiro em cenários de variação dessas taxas. **Gestão de capital:** Os objetivos de gestão de capital da Companhia são assegurar sua capacidade de continuar operando como uma empresa em continuidade e manter uma estrutura de capital adequada para suportar o desenvolvimento de suas atividades de E&P. O capital é monitorado com base no patrimônio líquido consolidado e nos níveis de dívida líquida. A Administração busca manter liquidez suficiente e acesso a fontes de financiamento para atender aos compro- missos operacionais e de investimento. A Companhia não está sujeita a quaisquer requi- sitos de capital impostos externamente, e não houve alterações nas políticas de gestão de capital durante os exercícios de 2025 e 2024. **22 RESULTADO POR AÇÃO:** O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	2025	2024
Lucro utilizado na apuração do resultado básico e diluído total por ação	1.191.037	991.069
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação (lote de mil ações)	1.333.768	1.333.768
Resultado básico e diluído por ação total (por ações)	892,99	743,06
O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as classes de ação em circulação no exercício. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não existiam fatores que poderiam causar diluição nos resultados e por este motivo não há diferença entre o resultado por ação básico e o resultado por ação diluído. 23 SEGUROS (não auditado): A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, contratado junto ao mercado segurador local e compatível com seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tinha cobertura de seguros de mercadorias, cobertura de seguros sobre as atividades de exploração e produção de petróleo, cobertura de danos materiais para os bens do seu ativo imobilizado e de lucros cessantes.		

	2025	2024
Ajuste provisão para abandono	433.995	132.183
Aumento de Capital	560.000	-
IFRS 16	49.942	382.151
	1.043.937	514.334

Companhia. Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa nos exercícios apresentados:

	2025	2024
Ajuste provisão para abandono	433.995	132.183
Aumento de Capital	560.000	-
IFRS 16	49.942	382.151
	1.043.937	514.334

ça, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econô- micas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, inde- pendentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **•** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunst